

NOTAS DE LEITURA: BADIOU 1996*

Teresa Cristina Wachowicz**

Introdução

O objetivo deste trabalho é duplo: apresentar a construção da noção de evento de Badiou (1996), e comentá-la face a algumas teorias lingüísticas que tomam o evento como entidade de análise.

O primeiro objetivo pode parecer deslocado do espírito deste GT (Grupo de Trabalho de Semântica Formal), que é de estudos lingüísticos em semântica formal, pois Badiou é um filósofo pós-marxista, discípulo de Althusser, que, aos olhos leigos pode parecer incompatível com o que se entende canonicamente como aplicação da lógica em interpretação de língua natural. Porém, a incursão de Badiou nas linguagens lógicas – e faço questão de escrever essa expressão no plural – permitiu-lhe repensar conceitos formais e reafirmar sua aproximação à verve dialética. As suas concepções que nos interessam aqui são as de ‘sujeito’, ‘verdade’ e sobretudo de ‘evento’.

* Em artigo meu publicado no número 54 da *Revista Letras* – “Uma fundamentação da noção de evento para a lingüística” –, explorei igualmente a teoria de Badiou 1996. Porém, aqui nesse texto, por ter o formato de ‘nota de leitura’, tratarei a teoria de forma mais econômica e informal, para, também, desenvolver maior correlação à lingüística. Nesse sentido, pode-se considerar este texto como uma extensão do primeiro.

** Universidade Federal do Paraná

O segundo objetivo certamente é mais próximo do espírito do GT, mas também pode causar incômodo pois situa a análise numa perspectiva geral, como se a proposta fosse fazer uma ‘overview’ da semântica de evento. De fato, a verticalidade de uma aplicação teórica em uma preocupação lingüística é fundamental para nós, mas prefiro deixar essa tarefa para a elaboração da tese de doutoramento. Por enquanto, e inclusive sem pretensões exclusivamente gerais, pretendo desenvolver uma questão que está entre o trato ontológico e o trato epistemológico, que é de discussão da noção de evento, mas que justamente por ser nocional, nos traz surpresas no momento da análise lingüística propriamente dita. É como se o fato de discutir a filosofia da coisa resultasse em sinais para fazer a coisa.

A noção de evento em Badiou 1996

A leitura do trabalho de Badiou requer fôlego. É daqueles livros que demandam muito tempo de leitura, muito tempo de não-leitura e muito tempo de reflexão. Ele mistura literatura, filosofia e lógica matemática para construir novas entidades para uma ontologia pós-cartesiana e pós-lacaniana. É uma aventura fascinante, à medida que proporciona, aos olhos de quem sempre lê textos técnicos e formais, uma sensação de reconciliação com a filosofia, exclusivamente de tradição dialética. A entidade ontológica que promove esse movimento é o evento.

A idéia é como se o evento estivesse na fronteira entre o historicizável e o matematizável, o que nos faz pensar que essa fronteira não é tão delimitada como tradicionalmente se pensa, pois é possível – teoricamente – estabelecer um caminho entre as duas partes. O que é historicizável é o que ele chama de ‘sítio eventual’, ou toda situação real possível. Esse sítio eventual passa para a situação matemática como um ‘evento’.

O caminho que leva o evento, de sua situação histórica para sua situação matemática, tem a seguinte sistematização:

1) Há uma situação histórica, ou sítio eventual, que ganha uma *nomenclatura*, ou seja, o sítio eventual ganha o nome do evento. Um exemplo desse raciocínio é o significado no nome “Guerra do Contestado”. Como podemos descrever o significado desse evento? Ele é todo o conjunto de indivíduos, fatos e traços que constituem o conceito: os policiais e militares catarinenses e paranaenses, os conflitos bélicos nas regiões norte-catarinense e sul-paranaense, o intervalo de tempo entre 1912 e 1916 que envolve os indivíduos e fatos, o

fanatismo do ‘monge-curandeiro’ José Maria de Santo Agostinho, as orações, as lendas, os massacres, etc. Com a nomeação de toda essa situação histórica, ela apresenta-se a si mesma como “o resumo imanente e o traço-de-um de seu próprio conjunto” (Badiou, 1996, p. 149).¹ O interessante da conceituação de evento de Badiou é que ele é indecidível e imprevisível por natureza. Nada, na ontologia, decide ou prevê o que vai participar do sítio eventual. Nada, ou nenhuma entidade teórica, diz quem é o evento. Isso é função do processo histórico que os eventos representam. A única tarefa de uma teoria matemática é dizer que o evento existe, e a partir daí construir e explicar toda a ontologia. (E não é coisa pouca).

2) Uma *decisão teórica* diz que esse evento pertence a si mesmo, de modo a inserir-lhe efetivamente na situação matemática. No exemplo desenvolvido no item anterior, ao evento denotado pelo nome Guerra do Contestado pertencem não só todos os elementos do sítio eventual mas também o próprio resumo do sítio, que é o nome do evento. No impasse ontológico, a decisão é dizer se o evento pertence a si mesmo ou não pertence a si mesmo. Para legitimar a conta teórica, o evento deve pertencer a si mesmo, de modo a acrescentá-lo definitivamente na situação matemática. Formalmente, a definição de evento fica assim: Seja S a situação, e $X \in S$ (X pertence a S , X é apresentado por S) o sítio eventual, e_x (leia-se o evento de sítio X) se escreve $e_x = \{x \in X, e_x\}$. Em termos descritivos, um evento de sítio X é um conjunto tal que é composto, por um lado, pelos elementos do sítio, e, por outro, por ele mesmo. Para provar essa decisão teórica, Badiou se utiliza do axioma de fundação, formulado mais recentemente por teorias avançadas da Teoria de Conjuntos. O raciocínio, bastante simplório, é que o axioma da fundação reassegura a possibilidade de conceber o evento como conjunto, pois, se ele advém da historicidade, a primeira inclinação é pensá-lo fora da ontologia matemática. O axioma estabelece que todo conjunto é histórico, ou seja, contém ao menos um sítio. Formalmente, o axioma de fundação tem a seguinte tradução: $(\forall \alpha)\{(\alpha \neq \emptyset) \rightarrow (\exists \beta)[(\beta \in \alpha) \wedge (\beta \cap \alpha = \emptyset)]\}$.

3) Não bastam a nomeação e a decisão teórica; um evento deve existir em relação a outros. Uma *intervenção* posiciona-o na ontologia de eventos, criando, por exemplo, uma ordenação linear, e, por consequência, uma teoria para o tempo. O evento Guerra do Contestado relaciona-se a outros inseridos

1 Obviamente, o exemplo desenvolvido por Badiou não é o da Guerra do Contestado. Ele se utiliza de um evento muito mais conhecido, que é a Revolução Francesa. Mudamos o exemplo, não por rusgos de regionalismos, mas por tentativa de reaproximação a ‘eventos’ brasileiros e tentativa de exemplificação, para nós, menos repetitiva.

na História do Estado do Paraná e de Santa Catarina, que, por sua vez, estão inseridos na História do Brasil, e assim por diante. Em termos formais, a intervenção surge com o axioma da escolha. A idéia desse axioma de escolha é que, dado um conjunto de subconjuntos, existe um conjunto composto de um representante de cada um dos subconjuntos não vazios cuja apresentação é assegurada pelo primeiro conjunto. Em outras palavras, pode-se “escolher” um conjunto formado pelos representantes dos subconjuntos do primeiro. Na linguagem lógica, $(\forall \alpha)(\exists f)[(\beta \in \alpha) \rightarrow f(\beta) \in \beta]$. É a função f de escolha que faz a seleção do conjunto dos representantes. Novamente, nada pode decidir ou prever matematicamente qual será a sucessão de eventos na qual, por intervenção, um evento justifica sua existência. A única tarefa matemática é postular a existência da função f que escolhe os representantes dos subconjuntos. Nos termos que nos interessam aqui, não se pode dizer quais serão os eventos, só se pode dizer que eles existem e que a sucessão é uma das ordenações que legitimam, por intervenção, os eventos.

4) Quem reassegura o evento como entidade contendo verdade é um sujeito, que aqui é um *procedimento genérico*, ou um cálculo rodando ao infinito, que pode ser “o amor, a arte, a ciência e a política”, nos termos de Badiou. O conceito de sujeito aqui é reformulado. Com base na teoria do ‘genérico’, do lógico norte-americano Paul Cohen, Badiou defende agora que o sujeito é um processo, uma conta matemática ao infinito, que atribui valor de verdade a um evento; o sujeito é um procedimento genérico, pois ‘conta’, por exemplo, as variantes – levadas teoricamente ao infinito – dos contextos do amor, da arte, da ciência e da política. A verdade do nome Guerra do Contestado, por exemplo, é assegurada por um sujeito relacionado a esses ‘campos’. Logo, a primeira conclusão a que se chega é que esse sujeito é ideologicamente condicionado, diferentemente do sujeito psicanalítico, puramente individual e isolado de movimentos ideológicos, tal como o em voga em teorias de base psicologicista do último século.

Em termos gerais, os objetivos de Badiou nesse trabalho de 1996, podem ser agrupados em três: desenvolver um conceito de evento; alocar a entidade evento entre a história e a matemática; desenvolver um conceito de sujeito que assegura ideologicamente a verdade do que é denotado pelos eventos. O fato de Badiou estar comprometido com uma corrente pós-marxista de pensamento o possibilita pensar em todas essas reformulações conceituais nas opções de base ideológica. Pressupor um conceito de sujeito ideológico não é novidade para as teorias dialéticas. O que é novidade em Badiou é ele ter provado logicamente esse novo conceito de sujeito. Suas opções teóricas acom-

panham um duplo raciocínio: resgatar axiomas recentes e inovadores da Teoria de Conjuntos, tais como o axioma da fundação e o axioma de escolha, para construir um novo conceito de evento, e também resgatar uma teoria alternativa para o cálculo infinitesimal, tal como a teoria do genérico, para construir um novo conceito de sujeito.

Daí justifica-se o título do livro: “O ser e o evento”. Daí justifica-se também por que Badiou programa sua teoria como sendo pós-cartesiana e pós-lacanianana. Ela é pós-cartesiana porque vai além das formulações essencialmente racionalistas, e é pós-lacanianana porque vai além de considerar um sujeito condicionado puramente por experiências individuais.

Se formos pensar na lingüística, a teoria de Badiou pode sinalizar uma associação entre o que se entende por pragmático e o que se entende por teórico. É como se Badiou propusesse-nos uma alternativa ontológica que fizesse a reconciliação entre a ‘verve’ dialética e a ‘verve’ lógico-formal da lingüística. Quer dizer, uma conceituação de evento mais complexa e historicamente condicionada pode sinalizar objetivos mais amplos e discutíveis para, por exemplo, o que hoje se conhece na lingüística como ‘Semântica de Eventos’.

O único ponto que poderia ser contraditório nessa história é o fato de Badiou ter se utilizado de teorias da lógica-matemática das mais avançadas e complexas possíveis. É nessa complexidade, levada às últimas conseqüências, que Badiou encontrou o ponto comum que reata a história e a matemática. Isso nos prova que essas duas áreas não são tão incompatíveis quanto um pensamento de tradição determinista-positivista costuma postular até nossos dias. História e matemática têm mais pontos em comum do que se possa imaginar.²

Na próxima seção do texto, a conceituação de evento de Badiou será discutida em algumas teorias que se utilizam da entidade evento como mecanismo de representação, notadamente os trabalhos de Bach (1986), Bonomi (1997) e Link (1997). Com a justificativa ontológica no conceito de evento de Davidson 1980, esses trabalhos não costumam ampliar a discussão filosófica sobre essa alternativa semântica. Badiou sinaliza alguma reflexão nesse sentido.

2 Dessa idéia de associação entre pensamento humanista e pensamento matemático, há uma referência da literatura norte-americana imperdível: um romance de Robert Pirsig, *Zen - e a arte de manutenção das motocicletas*.

O evento e a lingüística

Nas teorias lingüísticas, percebemos freqüentemente o emprego da entidade evento para figurar em modelos de interpretação e em traduções sintáticas. A fundamentação filosófica para justificar a opção centra-se em Davidson (1980), tida como base inaugural da noção de evento para a interpretação de língua natural. Essa referência justifica-se pela argumentação fortemente lingüística do autor: existem contextos de anáfora que sintetizam o significado de um evento e não de alguma entidade sintática específica. Além disso, na esteira dessa justificativa lingüística, Davidson elabora uma tradução das sentenças que contêm o evento. Especificamente, há predicados sobre seus argumentos tradicionais, mas há também o argumento evento; o predicado passa a ser então triádico. Uma sentença como *Maria encontrou Pedro* tem sua tradução $\exists e[\text{encontrar}(\text{pedro})(\text{maria})(e)]$. É o que Kratzer (2000) chamou de ‘estrutura lógico-conceitual’.

Nossa análise aqui, porém, julga ser necessária uma concepção diferente de evento, que se projete extensivamente ao trato semântico, fundamentalmente à semântica de modelo teórico. Badiou parece ser interessante nesse sentido. Na medida em que um sítio eventual contém (potencialmente infinitos) elementos que definem o evento, esses elementos assumem, por sua vez, diferentes naturezas: o tempo, o espaço, os indivíduos etc. Na medida em que, também, por intervenção de um sujeito (nomeação), um evento – imprevisível – pertence a si mesmo e, com isso, insere-se na situação, esse evento deve estar relacionado a seus elementos e ser uma entidade primitiva num modelo. Em resumo, um modelo teórico que interprete sobre eventos – se formos raciocinar nos termos de Badiou – deve conter esses eventos como entidades primitivas, bem como deve conter os elementos que os descrevem: o tempo, o espaço etc. Essa idéia pode ser observada em teorias lingüísticas? Em graus diferentes, minha suposição é que sim. Para justificar essa postura, selecionamos três referências: Bach (1986), Bonomi (1997) e Link (1997).

Bach 1986, por exemplo, na idéia de comparar as relações entre eventos e processos às relações entre termos contáveis e termos massivos, com base em teoria de conjuntos, constrói um ‘fragmento’ de um domínio de interpretação, em que o domínio das eventualidades (Carlson, 1981) aparece em primeiro lugar, dando possibilidade de relacionar suas subpartes: uma delas é o subdomínio dos eventos atômicos (em que ele insere os *accomplishments* e *achievements*) e outra delas é o subdomínio dos processos (em que ele insere as atividades). A idéia básica é que os processos são a ‘substântica’ dos even-

tos, assim como os termos massivos são a ‘substância’ dos indivíduos contáveis (Link, 1983). Há uma função homomórfica que relaciona os dois domínios, ou seja, para cada evento, há (pelo menos) um processo; a recíproca não se aplica.

Mas, evitando a tempo a tendência em descarrilar formalismos, é importante observar que o domínio das eventualidades não deriva de outro; surge como primitivo no modelo de Bach, e isso está sutilmente de acordo com a formulação de Badiou. Apesar de não conter subdomínios para o tempo, por exemplo, o fragmento de modelo de Bach relaciona as eventualidades através de uma ordem parcial \leq_e , o que, por assunção ontológica, origina o tempo segundo Badiou.

Essa relação entre evento e tempo é mais intrincada do que pode parecer. Bonomi (1997), por exemplo, faz o exercício de amalgamar esses dois conceitos. O objetivo central do autor é inaugurar um tratamento teórico para o aspecto como o fator de quantificação sobre eventos. Isto é, a leitura aspectual implica na leitura de quantificação sobre eventos. Atendo-se à distinção perfectivo X imperfectivo do italiano, o autor propõe a formalização para sentenças com esses traços aspectuais, elegendo as sentenças-when (ou sentenças com o conectivo ‘quando’) como suporte para as relações aspectuais. Porém, uma tradução que contemple somente quantificação sobre eventos não basta. Ele necessita de restrições temporais para justificar o aspecto como quantificação sobre eventos. Assim, seu modelo de interpretação é apresentado em três domínios: dos indivíduos, das eventualidades (E) e dos intervalos de tempo (I), onde $I \subseteq E$. O interessante aqui é o momento em que ele justifica que $I \subseteq E$, pois a idéia é que os intervalos são, na verdade, eventualidades ‘vazias’, isto é, elas podem ser vistas como segmentos do eixo do tempo caracterizados por alguma extensão.

De certa forma, essa associação entre evento e tempo está também presente na construção da lógica temporal derivada da lógica modal (Carpenter, 1997). Para entender como a lógica do tempo pode derivar da lógica modal, é preciso fundamentalmente traçar dois paralelos: primeiro, os mundos possíveis podem ser considerados ‘estados de coisas em diferentes pontos do tempo’; segundo, a relação de acessibilidade entre mundos possíveis pode ser considerada agora como uma relação binária de precedência temporal. E, outros termos, o conjunto de mundos possíveis da lógica modal é substituído por um conjunto não-vazio de intervalos de tempo.

Na minha opinião, essa associação deve ser evitada. Os dois motivos que seleciono para defender essa postura têm critérios diferentes. O primeiro é de critério filosófico. Se Badiou, pautado pela tradição filosófica, concebe o evento como primitivo e o tempo como derivado, parece mais interessante

pensar que o tempo é um dos elementos do ‘sítio eventual’ que descreve o evento. A coincidência interessante aqui é que essa idéia de que o tempo deriva do evento está presente em teorias de áreas ‘metodologicamente’ díspares: Santos (1997), da geografia, Elias (1998), da sociologia, e até Prigogine (1996), da física quântica.

O segundo motivo para separar o tempo do evento é de natureza mais teórico-lingüística. É muito comum, na lingüística atual, as teorias defendem perspectivas composicionais para a leitura do significado. Nesse sentido, se as partes definem funcionalmente o todo, o interessante é pensar num modelo teórico que contenha o maior número de subespecificações possível, ou uma quantidade razoável de subdomínios de interpretação que correspondam aos elementos sintáticos do cálculo composicional. A leitura aspectual, por exemplo, depende não só da forma verbal, mas também dos sintagmas nominais em posição de objeto e de sujeito, bem como de modificações adverbiais (Verkuyl, 1999). A variação aspectual da forma do progressivo do português brasileiro (leitura episódica X leitura habitual) é exemplo típico disso.

Uma teoria lingüística que motiva-nos a pensar nesse modelo amplificado é a de Link (1997). O autor propõe-se a desenvolver uma teoria semântica para a língua natural com base lógico-algébrica tal que dê conta, inclusive, das entidades “eventos”.

De início, o autor descarta a possibilidade de construir um modelo de representação através de um conjunto de axiomas, tal como o encontrado em teorias de conjuntos clássicas (Zermelo-Frankel, Kelley-Morse etc.). Sua opção, tendo como objetivo os fenômenos lingüísticos, consiste em desenvolver um modelo com instrumentos da teoria de conjuntos para a representação. Um desses instrumentos – o básico – é fundamentar uma teoria de conjuntos com *urelements* – indivíduos com caracterização mereológica, o que estruturalmente se traduz em um reticulado. Toda a estrutura representacional a ser descrita é construída sobre esses *urelements*.

Com essa premissa, Link prevê respostas diferentes às encontradas na semântica de Montague, por exemplo, em que os eventos eram definidos como funções intensionais de momentos de tempo. Com os *urelements*, e com toda a teoria conseqüente a eles, Link acredita poder captar a vasta variedade de estruturas dos objetos do mundo real.

Em seu projeto para uma semântica algébrica, então, o modelo teórico é expresso nas relações algébricas entre os *urelements*. Conseqüentemente, numa perspectiva semântica tarskiana, o domínio dos indivíduos não-vazio é substituído por um sistema relacional algébrico. Como exemplo, pode-se pensar nos plurais: sua semântica é expressa por um sistema relacional baseado

numa estrutura de sup-reticulado (um conjunto específico que, através da operação de união, produz somas de indivíduos atômicos).

Mas o projeto de Link nesse capítulo é incluir a entidade “evento” ao tratamento algébrico. Segundo ele, há vários motivos para se incluir o evento no domínio de interpretação de língua natural. Primeiramente, a literatura relacionada à “aktionsart” tem referido-se ao evento como sendo lingüisticamente real: os eventos podem ser contados, nomeados, quantificados e referidos anaforicamente, tal como previu Davidson. Além disso, há fortes dados lingüísticos que sustentam a idéia de que não é só a partir da denotação de VPs que se chega ao significado das sentenças. Ele depende de uma série de fatores composicionais, como o termo lexical do verbo, o tipo de sujeito, os advérbios, o tempo verbal etc. Ou seja, todos esses fatores expressam tipos de eventos, que é o que traduz amplificadamente os significados das sentenças.

Mas há um alerta. Uma teoria baseada em eventos é normalmente entendida como uma teoria de “propriedades”. Porém, os indivíduos devem ser pensados como entidades portadoras de papéis dentro dos eventos. Assim, estendendo o domínio dos *urelements* com o acréscimo de eventos, Link explicita mais uma vez a reformulação da regra de verdade para a semântica. Verdade é justificada também como uma relação algébrica definida intuitivamente entre eventos e tipos de eventos. Logo, tipos de eventos passam a ser uma nova categoria dentro da ontologia. Seqüências de eventos são também definidas como “cenários”.

Tal como o anunciado, Link assume uma semântica modelo-teorética. A estrutura básica de seu modelo tem a forma $\mathfrak{S} = \langle A, E, T, H, \varepsilon, R, \pi, \sigma, \tau \rangle$, onde:

A = conjunto de indivíduos (ordinários) a, b, c,...

E = conjunto de eventos e, e', e'',...

T = conjunto de intervalos de tempo t, t', t'',...

H = conjunto de regiões do espaço h, h', h'',...

ε = conjunto de tipos de eventos $\theta, \theta', \theta'', \dots$

R = conjunto finito de papéis temáticos (agente, paciente,...) $\rho_i : E \rightarrow$

A, que são funções parciais de E para A .

π = relação básica “é do tipo” entre alguns eventos e os tipos de eventos

$\sigma : E \rightarrow H$ é a função espacial

$\tau : E \rightarrow T$ é a função temporal

Algumas observações podem ser feitas a título de esclarecimento:

- $Dm(\sigma) \subseteq Dm(\tau)$, ou seja, o domínio dos traços espaciais está contido

no domínio dos traços temporais, pois, se um evento ocorre em algum lugar, ele ocorre em algum tempo. Além disso, em eventos estativos, há traço temporal mas não há traço espacial.

- Os conjuntos A , E , T e H são reticulados completos atômicos com as operações \vee e \wedge , a relação intrínseca de ordem \leq . A estrutura de reticulado de A é o sup-sub-reticulado completo (Link, 1983).
- X^0 é o conjunto dos átomos em X .
- e e τ são homomorfismos completos.
- Há uma relação S , de dois lugares, definida em E^0 : $e S e'$, ou “ e especifica e' ”. Como exemplo: “João lê GSV” especifica “João lê”. S é uma ordem parcial. Uma comparação à proposta de Bach (1986) seria aqui inevitável.
- Para o conjunto T^0 , é natural assumir uma ordem estrita $<$. Aqui, o tempo é concebido como linear e contínuo. A mesma relação em T é tida em E : $e << e' \leftrightarrow \tau(e) < \tau(e')$. Algumas funções adicionais de medida são assumidas: $|\cdot|_\alpha = T \rightarrow \mathbb{R}$ (números reais). α revela minutos, horas, dias, anos etc.
- ρ_i é necessariamente uma função parcial, pois nem todos os eventos têm todos os papéis temáticos previstos em R .
- O conjunto ε^0 é exemplificado por $\theta_1 = \text{ler}$; $\theta_2 = \text{correr}$ etc. Há um conjunto de definições que delinea os tipos de eventos, bem como um conjunto de definições que sustenta p em $\varepsilon^0 \times E^0$.
- As condições de verdade na teoria ganham uma nova feição. É como se elas fossem um conjunto de pressuposições que definem um contexto de verdade para tipos de eventos. Ou seja, valem as relações, e não os indivíduos.

Pode parecer pernóstico o detalhamento do modelo de interpretação de Link, mas isso foi objetivamente proposital aqui. As relações algébricas entre os elementos do modelo referem-se direta ou indiretamente às entidades evento, que aparecem como primitivas, tal como foi exposto em relação ao evento de Badiou.

Além disso, conforme visto nesse detalhamento, se um modelo amplificado como o de Link contempla não só o subdomínio do tempo e dos indivíduos, mas também o do espaço e dos papéis temáticos desses indivíduos, bem como a ‘granularização’ de eventos, num raciocínio progressivo podemos pensar que é um modelo que tenta abranger um maior número possível de elementos do ‘sítio eventual’ que compõe o evento para Badiou.

Conclusão

Há naturalmente muitas observações a serem feitas a partir de uma correlação entre concepção filosófica e teoria lingüística como a apresentada nesse trabalho.

Pode ser reducionismo de minha parte traçar uma comparação tão forte entre os elementos do sítio eventual, de Badiou, e os subdomínios do modelo de interpretação que tomem o domínio das eventualidades como primitivo. De fato, se formos pensar no axioma da fundação, que diz que qualquer conjunto terá um subconjunto de elementos históricos que não pertencem a ele, como fazer para representar isso? E se nosso raciocínio for plausível, qual a sua legitimidade teórica em termos de lógica matemática, ou teoria de conjuntos? À parte os inconvenientes ou reducionismos, a construção nocional de Badiou deu-nos legitimidade de pensar o evento como elemento primitivo dos modelos teóricos e, além disso, por ser imprevisível, como uma entidade legitimamente matemática que se justifique por uma situação histórica – pelo menos por definição.

Uma outra observação que se poderia fazer – e que vai ser puramente especulativa – é a constatação de um fato curioso de que o evento parece ter entrado fortemente em teorias sintáticas de linha gerativista. Kratzer (2000) é um trabalho ilustrativo nesse sentido. A autora, inclusive, baseada em Dowty, 1989 (apud Kratzer, 2000), subclassifica as teorias de evento em três correntes, de acordo com o tipo de predicação presente na ‘estrutura lógico-conceitual’: 1) a corrente davidsoniana, em que o predicado que descreve o evento é triádico, ou seja, predica sobre três argumentos: o argumento interno, o externo e o

evento; 2) a corrente neo-davidsoniana, cuja referência inicial é Parsons (1989, 1990), em que os predicados se ampliam: o predicado que descreve o evento predica apenas sobre o evento e outros predicados informam papéis temáticos dos argumentos externo e interno; 3) por fim, a corrente semi-davidsoniana, seguindo a neo-davidsoniana, também distribui os predicados, mas enxerga uma assimetria entre a posição do argumento externo e a do argumento interno: enquanto o argumento interno e o predicado que informa seu papel temático têm lugar na estrutura lógico-conceitual – inclusive com tipo lógico associado –, o argumento externo tem lugar na sintaxe. O conceito básico de evento nessa corrente se altera: ele está muito mais próximo do VP do que da própria sentença. É como se ocorresse uma ‘redução’ do evento (Verkuyl, 1999, Kratzer 2000). Nesse sentido, há uma espécie de interdependência entre a sintaxe e a lógica; e é a semântica de evento que vai proporcionar essa interface mais forte entre as duas tendências. Vale como palpite uma investigação em que questões teóricas essa linha pode acarretar.

Palavras-chave: Evento, lógica, semântica.

Key-words: Event, logic, semantics.

REFERÊNCIAS

BADIOU, A. *O ser e o evento*. Tradução: M. L. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

BONOMI, A. Aspect, quantification and when-clauses in italian. *Linguistics and Philosophy*, n. 20, p. 469-514, 1997.

CARLSON, L. Aspect and quantification. *Syntax and semantics*, n. 14, p. 31-64, 1981.

DAVIDSON, D. The logical form of action sentences. *Essays on actions and events*. Oxford: Carendon Press, 1980.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Tradução: V. Ribeiro. Ed. Michael Schröter. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

KRATZER, A. Verb meaning. *The event argument* (mimeo), 2000.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice theoretical approach. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; STECHOW, A. Von. (Eds.). *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: de Gruyter, 1983. p. 303-323.

LINK, G. *Algebraic semantics in language and philosophy*. [S. l.] CSLI Publications, 1997.

PARSONS, T. The progressive in English: events, states and process. *Linguistics and Philosophy*, n. 12, p. 312-241, 1989.

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

ROTHSTEIN, S. (Ed.). *Events and grammar*. Kluwer: [s. n.], 1998.

SANTOS, M. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

VERKUYL, H. J. *Aspectual issues – studies on time and quantity*. [S. l.]: CSLI Publications, 1999. n. 98.

